

Eixo Capital

ANA MARIA CAMPOS
anacampos.df@dabr.com.br

Jogo de vaidades

O destaque do senador Izalci Lucas (PSDB-DF) para contemplar a recomposição salarial das forças de segurança do DF no PLN que garantiu o reajuste do funcionalismo público federal poderia ter resolvido o problema. Mas houve uma articulação política da base governista do presidente Lula para evitar que Izalci, senador da oposição, levasse os louros pela vitória. O líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), assumiu o compromisso de solucionar o problema, com o envio de um PLN e uma MP com a previsão dos 18%. O crédito vai ficar para os aliados de Lula.

Edilson Rodrigues/Agência Senado



Pegaria mal...

Outro problema com o destaque do senador Izalci Lucas é que pegaria mal uma lei com o reajuste de 9% para todos os funcionários públicos federais e de 18% para as forças de segurança do DF.

Reunião

Integrantes da bancada do DF têm reunião hoje no Palácio do Planalto com técnicos do Ministério do Planejamento para discutir a recomposição salarial das forças de segurança pública.

Jefferson Rudy/Agência Senado



Pedro França/Agência Senado



Izalci e Damares na CPI dos Atos Golpistas

Dois senadores da bancada do DF estão interessados em participar da CPI dos Atos Golpistas no Congresso: Izalci Lucas (PSDB-DF) e Damare Alves (Republicanos-DF). O líder do Republicanos no Senado, Messias de Jesus (RR), já comunicou que vai indicar Damares. É Izalci o líder do PSDB. Os dois vão fazer carga contra o governo Lula.

Estreia no mundo das leis

A primeira lei eles nunca esquecem. Os deputados distritais de primeiro mandato Dayse Amarílio (PSB) e Gabriel Magno (PT) inauguraram a lista de leis que levarão seus nomes. Ambas foram sancionadas pelo governador Ibaneis Rocha (MDB) e se referem à defesa do bem-estar e da segurança das mulheres.

Marcelo Ferreira/CB/D.A. Press



Divulgação/CLDF



Josep Lago/AFP



Todos por elas

A lei do deputado Gabriel Magno cria o protocolo "Todos Por Elas", inspirado no que ocorreu em Barcelona quando uma jovem denunciou ter sido estuprada pelo jogador de futebol Daniel Alves. A nova regra do DF impõe uma série de ações para prevenir, detectar e encaminhar situações de potenciais crimes contra as mulheres em bares, boates, festas e eventos no DF. A nova legislação incorpora elementos do protocolo espanhol "No se calem" (Não se calem) ao estabelecer procedimentos e treinamentos que devem envolver os trabalhadores, responsáveis por estabelecimentos comerciais e órgãos do Estado para impedir ou detectar situações de violência contra mulheres em ambientes de diversão noturna em todo o DF.

Apoio a mulheres em situação de uso abusivo de álcool

A lei de autoria da deputada Dayse Amarílio estabelece a criação de uma política pública de amparo e cuidados para mulheres que vivem em uso abusivo de álcool e de seus familiares por meio de ações periódicas, de forma intersetorial, com alertas quanto à prevenção desse problema. A distrital ressalta que a situação é tão grave que, por conta da complexidade do tema, muitas mulheres sequer procuram o atendimento, seja pela vergonha em lidar com o tema, seja pela pecha que a sociedade impõe a tais situações.



À QUEIMA-ROUPA PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DOS PROCURADORES DO DF (APDF), JOÃO PEDRO AVELAR



Cristiano Eduardo/Divulgação

"Embora durante todo o período de governo ainda não tenhamos sido atendidos em nossa pretensão classista, confiamos que o governador Ibaneis Rocha empenhará todo seu esforço para solucionar, também, as pendências específicas relacionadas à nossa carreira"

Nesta semana, foi instalada no Congresso a frente parlamentar em defesa da advocacia pública. Qual é a principal demanda da classe?

Nosso principal intento é obter os instrumentos que permitam à advocacia pública exercer de forma plena e independente a nobre função que lhe foi outorgada pela Constituição de 1988. Vale destacar que entre as carreiras que desempenham as funções essenciais à justiça, a advocacia pública é a única que ainda não conquistou sua autonomia funcional e administrativa, pretensão que representaria um grande avanço na garantia do controle prévio da regularidade dos atos praticados pelo poder público. Esperamos que a criação da Frente Parlamentar Mista, que conta com a participação de 203 deputados federais e 17 senadores, possa, entre outras coisas, reavivar os debates sobre esse tema tão caro à sociedade brasileira, permitindo o avanço da PEC 82/2007 proposta pelo então deputado e agora Ministro da Justiça, o Exmo. Dr. Flávio Dino.

Os advogados públicos têm grande representação no Congresso?

São muito poucos os advogados públicos investidos da função parlamentar. Atualmente a deputada federal Bia Kicis (PL-DF), que orgulhosamente compõe os quadros de associados da APDF, é única representante egressa da carreira de procurador dos Estados e/ou do Distrito Federal no Congresso Nacional. Entretanto, contamos com a representatividade de diversos parlamentares que, mesmo não oriundos das carreiras da advocacia pública, abraçaram a defesa de nossa atividade, por compreenderem a relevância do trabalho prestado ao Estado e à sociedade brasileira.

Os advogados públicos não gostam de ser chamados de procuradores do governo e sim do estado. Há independência para o trabalho desses profissionais?

Os procuradores defendem de forma direta os interesses do Estado e, consequentemente, de toda a sociedade. A atuação cotidiana dos advogados públicos no exercício do controle prévio dos atos administrativos por vezes os coloca em rota de colisão com algumas das políticas de governo. É papel dos procuradores orientar os representantes do governo e, nesse sentido, buscar os caminhos jurídicos adequados para viabilizar a implementação das diversas atividades que representam o anseio social manifestado nas urnas. Embora a lei assegure independência técnica no exercício de suas atribuições e, tradicionalmente, se respeite a orientação jurídica prestada, os procuradores ainda não contam com todas as garantias desfrutadas por outras carreiras, como é o caso da inamovibilidade, assegurada aos membros do Ministério Público, da Defensoria Pública e da magistratura.

Como está a relação da Procuradoria com o governo Ibaneis. Demandas da classe estão sendo atendidas?

O governador Ibaneis Rocha tem sua história de vida ligada à advocacia; já foi presidente da OAB/DF e membro do Conselho Federal da OAB, o que lhe permite conhecer como poucos a realidade da atuação da Procuradoria-Geral do DF, órgão ao qual, em mais de uma oportunidade, já manifestou publicamente seu respeito e apreço. Embora durante todo o período de governo ainda não tenhamos sido atendidos em nossa pretensão classista, confiamos que o governador Ibaneis Rocha empenhará todo seu esforço para solucionar, também, as pendências específicas relacionadas à nossa carreira.

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

INVESTIGAÇÃO / Subsecretária de Operações da SSP, Cíntia Queiroz disse à CPI dos Atos Antidemocráticos que faltou execução do protocolo de ações para 8 de janeiro. "Cada órgão era responsável pelos desdobramentos operacionais", destacou

"O planejamento não foi cumprido"

» PABLO GIOVANNI

A coronel da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) e subsecretária de Operações da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, Cíntia Queiroz, relatou, em depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Atos Antidemocráticos, que a pasta tentou três vezes desmontar o acampamento de bolsonaristas no Quartel-General do Exército, no Setor Militar Urbano (SMU). À CPI, Cíntia disse que o Comando Militar do Planalto (CMP) informou às forças de segurança da secretaria de que haviam restrições para a atuação do governo do DF no acampamento em frente ao QG. Em um desses momentos, a coronel pontuou o que era ou não permitido. "O CMP informava que, as operações que fossem desencadeadas dentro do Setor Militar Urbano (SMU) eram apenas para retirar o comércio irregular de ambulantes. Não eram permitidos, por exemplo, tocar nas barracas dos acampados. Não poderíamos mexer na cozinha coletiva. Não poderíamos mexer na tenda religiosa que foi montada. A orientação que a gente tinha era essa", destacou a oficial.

"Nas três vezes que tentamos tirar (o acampamento) foi disponibilizada uma tropa muito grande da

PMDF, DF Legal, Corpo de Bombeiros e PCDF, todas as vezes que fomos iniciar a operação, sempre tinha uma resposta (de alguém) do CMP. Não sei se era uma ordem de cima. (Por isso, a operação) era cancelada na hora", completou.

A oficial, que ocupa a função de subsecretária de Operações há dois anos, esclareceu sobre uma troca de mensagens que ela teve com o então secretário-executivo Fernando de Sousa Oliveira, na manhã de 8 de janeiro. Ao ser perguntada sobre o pouco efetivo de policiais militares na Esplanada dos Ministérios à tarde, a oficial argumentou que só deveria questionar sobre o efetivo se fosse demandada pelo secretário de Segurança Pública em exercício, o que não tinha.

"Eu não me envolvo nas atribuições de execuções da Polícia Militar. Às 8h, 9h e às 10h, fiz contato com o coronel Casimiro (ex-comandante do 1º Comando de Policiamento Regional). Até então, no dia 8, não havia previsão de descida de nenhum manifestante à Esplanada. O efetivo que a PMDF tinha, naquele momento, com a quantidade de manifestantes, a informação que foi repassada para o dr. Fernando (então secretário executivo da SSP) condizia com o que estava acontecendo naquele momento", pontuou Cíntia.

No monitoramento da

Rinaldo Morelli/Agência CLDF



Cíntia Queiroz disse aos distritais que não houve falha no planejamento, mas sim na execução

subsecretária, existiam entre 25 a 30 manifestantes na Esplanada, na manhã do dia 8, com 400 policiais. Em ofício enviado à CLDF, Fernando revelou troca de mensagens com a coronel Cíntia, que a oficial repassava informes sobre a área central de Brasília. Todas essas informações, segundo o ex-secretário-executivo, eram repassadas ao governador Ibaneis Rocha

(MDB). De acordo com a coronel, a redução drástica de policiais militares na Esplanada, durante a ofensiva de manifestantes, só pode ser respondida por integrantes do Departamento de Operações e CPR.

Inteligência

Cíntia foi responsável pela elaboração do Protocolo de Ações

Integradas (PAI). Ela relatou que trocou mensagens com a então subsecretária de Inteligência Marília Alencar, sobre a existência de áudios que chamavam manifestantes para atos do fim de semana do 8 de janeiro. A oficial acrescentou que o plano, elaborado pela subsecretária que ela comandava, teve falhas na execução e não no planejamento. "Todo planejamento feito por

mim e pela minha equipe segue atos normativos. Por exemplo, se eu for fazer (policial) um jogo de futebol, sigo um ato normativo, que é o Estatuto do Torcedor (...). No termo de planejamento, foi tomado providências. No 8 de janeiro, cada órgão era responsável pelos desdobramentos operacionais. Estou há dois anos afastada da polícia, em um cargo de planejamento. Não foi executado (o planejamento) da forma que foi planejada. Para responder quem errou, tem que verificar quem estava respondendo sobre o Departamento de Operações. O planejamento não foi cumprido", pontuou.

Ao fim, Cíntia reforçou que, no dia em que foi realizada a reunião para a elaboração do PAI, o Gabinete de Segurança Institucional (GSI) — chefiado pelo então ministro e general Marco Edson Gonçalves Dias, conhecido como G. Dias — e a Câmara dos Deputados não participaram, porque não atenderam aos chamados. A oficial também contou que o general Dutra, que exercia o comando do CMP, a secretária de Desenvolvimento Social Ana Paula Marra, e o então secretário Anderson Torres, se reuniram na manhã daquele 6 de janeiro para tratar sobre pessoas em situação de rua que estavam no QG, se misturando aos bolsonaristas.